

Dívida pública *Que houve com a austeridade prometida?*

O governo central vai bem na arrecadação e mal no controle dos gastos. Também por isso, e não só por causa do aumento dos juros, a dívida pública tem crescido. Assim, não há pacote fiscal que seja capaz de reduzir o déficit público, embora pelo conceito primário os resultados tenham sido melhores em janeiro do que em dezembro. Na verdade, o que acontece é que a cada imposto que se cria corresponde nova despesa que se inventa – sempre de acordo com um dito familiar aos economistas há mais de 200 anos.

Sem ter a necessária disciplina, o governo deixa de cumprir dois compromissos. Um deles, meta essencial do programa em vigor desde a posse, consistiria em reequilibrar as contas públicas, condição de êxito do Plano Real e do crescimento econômico sustentável. Não há risco iminente para o êxito do programa de estabilização da moeda, mas o acerto fiscal não pode ser adiado por muito tempo: o desajuste das contas torna o País mais vulnerável a impactos externos, a qualquer momento, e impede o crescimento da economia, a prazo mais longo. O outro compromisso, este conjuntural, seria uma política de austeridade em 1998, para tornar mais segura a travessia de um possível período de crise internacional. O risco de nova turbulência não acabou, mas a preocu-

pação do governo com a possibilidade de ela vir a ocorrer parece haver diminuído.

As projeções feitas em novembro e dezembro do ano passado para 1998, quando o governo elevou os juros, levaram a um aumento de impostos e à promessa – repetida várias vezes – de que haveria uma severa contenção das despesas. As hesitações e as declarações contraditórias, especialmente em torno do número de funcionários que seria demitido, levaram as promessas ao descrédito.

A previsão mais favorável havia apontado, para o conjunto das contas públicas, um superávit primário, calculado sem receitas e despesas financeiras, equivalente a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Logo no começo do ano essa estimativa foi revista para 1,5%. Hoje, conhecidos os últimos números oficiais, é preciso ser otimista para pensar no equilíbrio das contas primárias (ver comentário no caderno *Economia & Negócios*).

Novos cálculos feitos pelo economista Raul Velloso, respeitado especialista em finanças públicas, indicam, na melhor hipótese, um déficit primário de 0,1% do PIB em 1998. Na pior, 0,7%,



e nada garante, neste momento, que novos cálculos não levem a projeções ainda menos otimistas.

A piora do saldo primário é especialmente preocupante. O controle das contas, nesse conceito, depende exclusivamente da administração de receitas e despesas não financeiras. Fazendo justiça ao governo, é preciso reconhecer que a maior parte dos gastos está fora de seu controle por causa das vinculações constitucionais, da irredutibi-

lidade dos salários nominais e da estabilidade dos funcionários. Mas isso não quer dizer que nada possa ser feito. Em janeiro, as chamadas “outras despesas de custeio” e de capital foram 10% maiores que as de um ano antes. A folha de pessoal e encargos foi 14% maior que a de janeiro de 1997, embora não tenha havido reajuste de vencimentos. É difícil, diante do aumento da receita, aceitar como razoável o déficit primário, nos 12 meses terminados em janeiro, de 0,83% do PIB. Essa deterioração, segundo o economista Raul Velloso, é indefensável.

É especialmente grave que a piora das contas, na virada do ano – no conceito primário e não no

nominal –, tenha sido provocada pela administração federal. O governo central tem chamado a atenção, com frequência, para a má gestão financeira de Estados e municípios. Mas a piora do quadro se deveu, desta vez, ao governo federal. O déficit primário consolidado só não foi maior porque os governadores contiveram alguns gastos e a receita da União cresceu.

Se isso ocorre num ano excepcional, com o governo armado de um pacote de ajuste, como ficarão as contas nos próximos anos? Depois, é preciso considerar também o crescente endividamento público. Ele resulta, acentue-se, não só

da alta de juros, mas da má gestão dos gastos. Se esses não forem controlados, a dívida pública, como ocorreu em outras ocasiões, dificultará a redução dos juros.

Ao permitir o agravamento da situação fiscal, o governo reduz o próprio espaço de manobra, deixa de investir onde é necessário e não tem como promover a retomada do crescimento.

Deixando crescer o déficit e a dívida pública, o governo restringe a própria liberdade de ação